

5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

08.03.2017

PAOD

Intervenções Vereador Rui Francisco

Odivelas Futebol Clube

1ª Intervenção VRF

1

Reconhecerão que a CDU e os seus vereadores têm tido uma grande serenidade no tratamento desta questão. Temos tido sempre como boas as informações que o Sr. Presidente de Câmara nos tem prestado ao longo do tempo, não vou criar suspense... o assunto que trazemos agora para discussão tem a ver com o processo de insolvência / extinção do Odivelas Futebol Clube.

Em vários momentos colocámos ao Sr. Presidente de Câmara a questão, foi-nos sempre dando informação sobre o processo que corria no Tribunal de Loures, foi-nos dando informação sobre o processo de insolvência (recordo-me inclusive de um dia em que o nosso advogado, que representava a CMO na Assembleia de Credores esteve presente, que prestou uma série de informações) e nós tomámos sempre como boas as informações que nos têm dado e temos gerido esta situação, do ponto de vista público, com elevado sentido de responsabilidade.

Todavia nos últimos tempos tem vindo a público que o Tribunal de Loures, ou melhor: que a juíza responsável pelo processo, ainda não tinha declarado a extinção do Clube. Naturalmente que é o momento para colocarmos aqui, com o máximo de objetividade possível, ao Sr. Presidente 3 ou 4 questões para depois nós poderemos fazer por escrito.

1ª - Sempre nos foi dito aqui que o processo de extinção do OFC estava terminado, tinha transitado em julgado. A pergunta que se coloca é está ou não a CMO em condições de fornecer aos vereadores desta câmara, não só aos da oposição, o documento que ateste efetivamente esta decisão do Tribunal. A partir do dia X declara-se como extinto o OFC. Que é diferente do processo de insolvência.

2ª - Sobre o processo de insolvência também gostaríamos de saber algumas coisas, nomeadamente se há ou não relatório da comissão liquidatária dos ativos do Clube, como é que foi feita a repartição ou distribuição daquilo que é o resultado do processo de liquidação pelos credores e se neste momento há ou não ainda credores que não negociaram com o administrador da massa falida e portanto ainda têm créditos para receber

Sobre o processo de insolvência, gostaríamos de perceber exatamente qual o ponto da situação. Não vou, naturalmente, pronunciar-me sobre fenómenos recentes, de constituição de clube, ou de eleição dos corpos sociais, não entro por aí, tenho o máximo respeito por todas as iniciativas das pessoas, desde que sejam no quadro legal e que os tribunais não venham depois obstaculizar.

Mas estas duas questões que aqui coloquei são muito importantes também para percebermos o momento, porque de facto é o momento em que esta câmara, e creio que não só os vereadores da CDU, muito têm ouvido sobre este processo.

As questões colocadas na Assembleia Municipal temos observado que da parte da câmara não têm tido resposta. O senhor presidente um dia disse mesmo que o OFC era um “não assunto”, nós respeitamos o entendimento que o senhor presidente tenha sobre todos os processos, agora no respeito por aquilo que é o jogo democrático e a posição dos vereadores da CDU aqui, entendemos que não será naturalmente essa a resposta que dará às questões colocadas pelos vereadores da CDU.

Sem prejuízo de o podermos fazer por escrito, acho que é importante, até para estarmos todos confortáveis com todas as decisões que tomámos de há 2 anos para cá, sobre este processo.

- O que é que se passa efetivamente no Tribunal de Loures;
- Qual é o processo que decorre;
- Qual é que tem sido a participação da câmara;
- Há decisão judicial sobre a extinção do OFC, se há requeremos não que nos seja facultado o acesso ao processo, mas pelo menos estes documentos que são efetivamente muito importantes para apreendermos o que é que se está a passar, porque as informações são contraditórias e nós temos assento é neste órgão.

Nós não somos da polícia judiciária, não andamos a fazer investigação. A informação que nós temos é a que solicitamos aqui, mas essa tem de nos deixar confortáveis porque eu não posso fazer eco daquilo que o senhor presidente, ou alguns dos senhores vereadores que aqui diga num contacto com as populações sem ter, naturalmente não desconfiando de ninguém, mas sem poder ter bases sólidas para a afirmar.

E esta questão, termino assim, como têm reparado, nós temos andado nesta câmara tranquilos relativamente a isto, não temos falado sobre o assunto, mas chega a um momento que temos de dizer, senhor presidente o que se fala lá fora é isto? O senhor presidente e o senhor vice-presidente à altura deram-nos estas informações. Afinal em que é que ficamos? Acho que era importante para todos obtermos estes esclarecimentos.

2ª Intervenção VRF

Começo por agradecer os esclarecimentos do Dr. Gonçalo Ribeiro da Costa e os do senhor presidente, naturalmente que em cada momento o senhor presidente avaliará a oportunidade das suas intervenções, é o principio da responsabilidade politica, entendo que o senhor presidente não goste de responder às mesmas questões muitas vezes, mas o que é um facto é que aqui na câmara, há muito tempo que não havia uma interpolação ao senhor presidente sobre esta matéria e decorrer dos últimos factos que têm sido públicos e dos últimos posicionamentos que também têm sido públicos, era importante esclarecer aqui um conjunto de matérias para ficarmos todos mais descansados.

Eu começo por dizer o seguinte, o sentido da minha interpelação, não teve a ver com processos de cedências de terrenos, nem de intenções de cedências de terrenos, nem sobre esse histórico.

Em cada momento nós tomámos a posição que tomámos, fundamentámo-la. Para nós não está em causa a reversão, nunca esteve em causa a reversão e portanto o que está em causa depois é o que que é que a câmara havia de fazer com os terrenos e contestámos e somos frontalmente contra, este último protocolo de cedência, fomos contra alguns que antecederam, achamos que a câmara deve desenvolver ali um projeto seu, etc, etc. Não foi esse o sentido das minhas perguntas.

O sentido das minhas perguntas tinham exatamente a ver com o processo da extinção da associação desportiva, porque ao longo dos tempos isso foi-nos comunicado, mas eu por exemplo, nunca vi uma declaração do tribunal declarando transitado em julgado da deliberação da insolvência do clube. Não vi.

A câmara com certeza foi notificada pelo tribunal, da decisão da juíza da insolvência. Foi? Essa notificação, nós nunca tivemos conhecimento delas estão a perceber? Mais, percebo agora que o processo de insolvência do clube determina imediatamente a sua extinção e que, apenas e só se fosse uma sociedade comercial podia haver lugar a um processo de renascimento dessa estrutura. No caso das associações desportivas parece tal não ser possível. Ainda que, o Dr. e muito bem aqui nos diz, que a juíza não decidiu sobre essa matéria, remete para uma avaliação futura o que também em si mesmo, convenhamos, é um estímulo a quem neste momento procura relançar o processo de recuperação da coletividade tal como ela existia em 2005.

Se calhar a atitude assertiva e aqui longe de mim estar a contestar qualquer tipo de decisão judicial, mas ao longo do tempo, durante o processo, foram dados alguns sinais também que legitimamente e este de remeter para uma avaliação futura um requerimento, um processo qualquer que nasce de um conjunto de pessoas que tem toda a legitimidade para até ao limite, procurar cumprir os seus objetivos, que é fazer renascer o clube, é legítimo e é encorajador.

Mas eu repito que aquilo que nos interessa aqui, vereadores da CDU perceber e mais do que perceber, podermos ter acesso àquilo que o senhor presidente diz e muito bem que são factos do processo e a deliberação de insolvência é um facto determinante no processo, que transita em julgado 1 mês depois, a câmara tendo sido notificada desses procedimentos e dessas decisões, aquilo que nós vereadores da CDU queremos saber, está bem queremos consultar, queremos saber porque isso é importante para nós.

Eu termino aqui como comecei. Não há da nossa parte nenhum processo de intenção política sobre esta matéria. As decisões dos tribunais, são as decisões dos tribunais. As questões que o senhor presidente coloca no ar, para reflexão, todos nós temos o direito de sobre elas tirar as nossas conclusões e termos os nossos próprios discernimentos. Acho que sem dúvida a eminência da cedência do terreno ao sindicato profissional dos jogadores, estimulou aqui um conjunto de paixões, de sensibilidades, de sentimentos que vieram a lume e que ajudaram a que todo um processo de reconstituição do clube ressurgisse. Também não vou por aí, não conheço a legitimidade das assembleias gerais dos clubes, não quero, não tenho a ver com isso. Para mim um clube está extinto, tem os seus estatutos extintos também, portanto a legitimidade para a realização de uma assembleia geral não me cabe a mim decidir, cabe a quem a contesta, ou a quem a promove, sobre isso estamos esclarecidos, agora este era o momento de pedir à câmara

informações que nos habilitem até para formulação do nosso posicionamento político e de cada um de nós estarmos à vontade e estarmos em conformidade com aquilo que é a legislação.

Uma coisa seguramente, nunca ouvirão dizer aos vereadores da CDU é que contestam as decisões dos tribunais, podendo ou não estar de acordo, não as contestamos do ponto de vista formal, tem que haver decorrências normais das deliberações dos tribunais e que sobre as outras matérias, nomeadamente, a utilização dos terrenos estamos confortáveis, porque em cada momento e em coerência, tomámos a posição que entendemos tomar e é a que vamos continuar a tomar até ao fim.

1

Odivelas, 08 de março de 2017

Os Vereadores da CDU